

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DE INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Zuleica Moraes Bernardes

**CINEMAS DE CALÇADA EM PORTO ALEGRE:
ONDE ESTÃO OS VESTÍGIOS PARA CONTAR ESSA HISTÓRIA?**

Porto Alegre
2020

Zuleica Moraes Bernardes

**CINEMAS DE CALÇADA EM PORTO ALEGRE:
ONDE ESTÃO OS VESTÍGIOS PARA CONTAR ESSA HISTÓRIA?**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências de Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

Orientadora: Prof.^a. Mestra Marlise Maria Giovanaz

Porto Alegre
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Moraes Bernardes, Zuleica
CINEMAS DE CALÇADA EM PORTO ALEGRE: ONDE ESTÃO OS
VESTÍGIOS PARA CONTAR ESSA HISTÓRIA? / Zuleica Moraes
Bernardes. -- 2020.
38 f.
Orientadora: Marlise Maria Giovanaz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Cinemateca Capitólio. 2. Cinema. 3. Cinemas de
calçada. 4. Memória. 5. Descrição arquivística. I.
Maria Giovanaz, Marlise, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Zuleica Moraes Bernardes

**CINEMAS DE CALÇADA EM PORTO ALEGRE:
ONDE ESTÃO OS VESTÍGIOS PARA CONTAR ESSA HISTÓRIA?**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências de Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Arquivologia

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Nome do professor - instituição

Nome do professor - instituição

Nome do professor - instituição (orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a orientadora desta monografia, Professora Marlise Maria Giovanaz, por aceitar me orientar, em um momento bem difícil da minha vida e pelo incentivo e paciência. Muito obrigada! A minha mãe, com quem fui a minha primeira sessão de cinema de calçada e fez brotar em mim essa paixão. Te amo! Muito Obrigada! A minha amiga de infância e irmã, Magda Villanova Nunes, pela parceria na elaboração deste trabalho, o que sem dúvida, não seria possível sem sua participação incansável!! Serei eternamente grata!! Um agradecimento especial a todos que colaboraram comigo: Gilmara Leiner pelas pesquisas quando eu não podia ir, Laura Leiner pelo empréstimo dos livros, Nicole Oliveira pela tradução. Agradeço o carinho e a amizade de vocês. E a todos que, durante esse período, me ajudaram de alguma maneira: meus sinceros agradecimentos!

Um agradecimento especial ao meu filho Felipi, a quem eu dedico este trabalho e a (o) futuro (a) neto (a). Te amo!!

RESUMO

A proposta do trabalho consistiu na busca da documentação arquivística referente ao Cine Theatro Capitólio, um dos antigos “cinemas de calçada” da cidade de Porto Alegre. Foi realizado levantamento e pesquisa da documentação produzida ao longo de sua existência, procurando compreender a história e a memória desse cinema e local da memória da cidade de Porto Alegre. A pesquisa realizada no Centro de Documentação e Memória Capitólio - CDM, Cinemateca Capitólio, buscou reconhecer esses vestígios a partir da compreensão do contexto urbano, histórico e memorial dos “cinemas de calçada” de Porto Alegre. Após a contextualização, foram descritos os tipos documentais encontrados, os processos de tombamento, através da elaboração de Inventário Sumário e seus respectivos fins analisados a fim de avaliar seu potencial para a pesquisa histórica. O trabalho concluiu que a partir da descrição arquivística realizada foi possível ter uma visão geral da série documental em análise e verificar que mesmo diante da escassez de documentos, pode-se perceber a potencialidade do trabalho arquivístico naquela instituição.

Palavras-chave: Cinemateca Capitólio, cinema, “cinemas de calçada”, memória, descrição arquivística.

ABSTRACT

The proposal of this work consisted of the search for archival documentation related to the “Cine Theatro Capitólio”, one of the old “sidewalk cinemas” in the city of Porto Alegre. A survey and research of the documentation produced throughout its existence were carried out, seeking to understand the history and memory of this cinema and the memory of the city of Porto Alegre. The research conducted at the Capitólio Documentation and Memory Center - CDM, Capitólio Cinematheque, sought to recognize these traces from an understanding of the urban, historical and memorial context of the “sidewalk cinemas” in Porto Alegre. After contextualization, the documental types found were described, the processes, through the elaboration of a summary Inventory and their respective purposes analyzed in order to assess their potential for historical research. The work concluded that with the archival description performed was possible to have an overview of the documentary series under analysis and thus verify that even in the face of the scarcity of documents, it's possible to perceive the potential of archival work in that institution.

Keywords: Capitólio Cinematheque, cinema, “sidewalk cinemas”, memory, archival description.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reprodução da Coluna Túnel do Tempo. Zero Hora em 09/07/2003...	14
Figura 2 – Figura 2 - Cartaz do filme Casanova	16
Figura 3 – Cine Theatro Capitólio na década de 20.....	16
Figura 4 – Fachada da Cinemateca Capitólio.....	19
Figura 5 – Interior da Cinemateca Capitólio.....	19
Figura 6 - Fundo Cinemateca Capitólio. Série: Histórico do Capitólio.....	29

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAMICA - Associação dos Amigos do Cinema Capitólio

CDM - Centro de Documentação e Memória Capitólio

CEF - Caixa Econômica Federal

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

CMC - Centro Municipal de Cultura

COMPAC - Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

EPAHC – Equipe do Patrimônio Artístico Histórico e Cultural

FUNDACINE - Fundação Nacional de Cinema

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias

ISAD (G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre

SEDAC - Secretaria de Cultura do Estado

SESC - Serviço Social do Comércio

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
2.CINEMATECA CAPITÓLIO, UM LUGAR DE MEMÓRIA DOS CINEMAS DE CALÇADA.....	14
3.A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E AS NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE UM INVENTÁRIO.....	22
4.INVENTÁRIO DE PROCESSOS DE TOMBAMENTO DA CINEMATECA CAPITÓLIO, PISTAS DOS CINEMAS DE CALÇADA.....	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho de conclusão de curso em Arquivologia consiste na busca da documentação arquivística referente ao Cine Theatro Capitólio, um dos antigos “cinemas de calçada” da cidade de Porto Alegre. Foram realizados levantamento e pesquisa da documentação produzida ao longo de sua existência, procurando compreender a história e a memória desse cinema e local da memória da cidade de Porto Alegre.

Onde se encontram os documentos arquivísticos que permitem conhecer um pouco do Cine Theatro Capitólio? Esses documentos encontram-se disponíveis? Receberam tratamento arquivístico? São perguntas que fundamentaram esse trabalho, que teve como objetivo geral reconhecer os vestígios documentais do Cine Theatro Capitólio e propor a elaboração de um Inventário Sumário, a partir da compreensão do contexto urbano, histórico e memorial dos “cinemas de calçada” de Porto Alegre.

A escolha desse tema ocorreu devido ao meu interesse e paixão pela sétima arte e pelos antigos “cinemas de calçada” de Porto Alegre. Quando criança, sempre na companhia de minha mãe, irmão e primos frequentava o cinema próximo ao bairro onde morávamos, o Cinema Teresópolis. A programação consistia em ir às matinês para assistir os filmes do Mazzaropi, Teixeira, Os Trapalhões, entre outros, que eram os grandes destaques da época. Já adolescente, no início dos anos 80, comecei a frequentar os cinemas do centro, onde eram exibidos os primeiros “*blockbusters*”.

A espera, nas longas filas, para compra dos ingressos e entrada no cinema, que davam voltas nos quarteirões, era cercada de pura ansiedade e expectativa, aliada ao ritual de compras da famosa pipoca e o pacotinho de balas “azedinha”. Lá dentro a magia acontecia, a platéia aplaudia, torcia, gargalhava ou ia às lágrimas, dependendo do enredo. Sem contar as tantas vezes que estas sessões serviam de pano de fundo para um pegar de mão ou um beijo roubado entre namorados ou futuros candidatos. A orientação aos que chegavam atrasados na escuridão era feita pelo famoso “lanterninha”, o que muitas vezes gerava vaias, por desviar a atenção da tela.

Fui frequentadora assídua dessas salas, até o apagar definitivo das luzes de muitas delas. Destaco o último filme que assisti no cinema Imperial, um dos objetos iniciais deste trabalho, que foi: “*Drácula de Bram Stoker*”, infelizmente o ambiente já estava com a infraestrutura comprometida e limpeza precária, mas ainda conservava os traços majestosos.

Dentre os vários “cinemas de calçadas” que existiram em Porto Alegre, os cinemas Imperial e Capitólio foram os únicos até o momento que sofreram processo de tombamento pelo município e estado, tornando a documentação passível de conservação dos registros de suas histórias. Inicialmente esse era o recorte da pesquisa. No entanto, ao que diz respeito ao Cinema Imperial não foi possível a realização da pesquisa, pois em contato por e-mail enviado em outubro de 2019 à Direção da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural - EPAHC - Centro Municipal de Cultura - CMC - Secretaria Municipal de Cultura - SMC, fui informada que a documentação estava inacessível.

A justificativa para tanto, fornecida pela diretora do EPAHC, fora a ausência da arquivista no setor, cedida para outro órgão do estado, não permitia suporte às consultas. É importante enfatizar que a documentação referente ao Cinema Imperial existe, segundo a diretora trata-se do processo de tombamento. Em função desse impedimento, a pesquisa foi redirecionada para a busca dos registros referentes ao Cine Theatro Capitólio.

Para iniciar o processo de levantamento bibliográfico da pesquisa foi realizado um levantamento para conhecer o que havia sido publicado sobre o tema, através de pesquisa de termos no Portal Brapci (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação) e Scielo usando como buscadores as palavras “cinema de calçada”, “história do cinema em Porto Alegre”, Cine Imperial e Capitólio. As buscas não resultaram em nenhum estudo que contribuísse na solução dos problemas levantados nesta pesquisa.

A metodologia deste trabalho de conclusão foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A pesquisa bibliográfica foi fundamentada no referencial teórico bibliográfico e no levantamento documental pertinente ao tema. Consistiu em uma abordagem qualitativa na forma de estudo com caráter de trabalho descritivo e

exploratório. Os procedimentos dados ao tratamento das fontes, de um lado seguiu conceitos e técnicas Arquivísticas, e de outro da História e da Memória.

Dois livros contribuíram no conhecimento do contexto histórico cultural. O primeiro deles é “The End - Cinemas de Calçada em Porto Alegre (1990 - 2005)” de Cristiano Zanella. Uma análise do mercado exibidor cinematográfico brasileiro nos anos 90 e as profundas mudanças ocorridas no setor durante a virada do milênio, buscando refletir sobre as principais causas e consequências do fim das salas de rua, ou como ele denomina, “cinemas de calçada”. O segundo livro é “Salas de cinema: cenários porto-alegrenses” de Susana de Araújo Gastal. Este livro foi produzido em conjunto com a Secretaria Municipal da Cultura - SMC, em março de 1999. A pesquisa foi realizada com auxílio da Assessoria de Pesquisa da SMC, com o objetivo re-construir a função do cinema no cenário porto-alegrense. O livro reúne uma ampla pesquisa sobre a história das salas de cinema em Porto Alegre, em sua relação com a cidade ao longo do século XX.

Como referência para estudo da memória foi utilizado o conceito de Pierre Nora a fim de compreender a maneira como o Cine Theatro Capitólio situa-se entre a História e a Memória, podendo ser considerado um “lugar de memória”.

Após a contextualização, foram descritos os tipos documentais encontrados, os processos de tombamento, seus respectivos fins e analisados a fim de avaliar seu potencial para a pesquisa histórica.

Com a finalidade de organizar, este estudo foi desenvolvido em três capítulos: no primeiro capítulo pretende-se compreender o contexto histórico e pensar a Cinemateca Capitólio como um lugar de memória dos “cinemas de calçada”; no segundo capítulo conceitua a descrição arquivística e as normas para elaboração do instrumento de pesquisa inventário sumário; no terceiro capítulo serão descritos o fluxo documental em um processo de tombamento nas esferas federal, estadual e municipal e o procedimento de elaboração do inventário sumário dos processos de tombamento da Cinemateca Capitólio como pistas dos “cinemas de calçada”.

2. CINEMATECA CAPITÓLIO, UM LUGAR DE MEMÓRIA DOS CINEMAS DE CALÇADA

De acordo com os autores Tylor e Laraia (2006), a cultura é tudo que resulta da realização humana. Para White (2009) o comportamento humano tem sua origem no uso de símbolos, sua criação e os significados atribuídos a eles. Portanto, assim como para compreensão da cultura é necessária a compreensão da humanidade, a produção documental deve ser conhecida a partir de seu contexto, no sentido de seus significados e do comportamento humano. O cinema, como forma de expressão cultural, de atividades, símbolos e significados teve o filme de Lumière como registro pioneiro de uma impressão do tempo. Desde então, o cinema reproduz na tela esse tempo, diversas vezes, quantas vezes o desejasse. Para Tarkovski (1990), ninguém podia negar a capacidade que o cinema tinha de registrar o tempo, de imprimi-lo em celuloide.

O cinema nasceu em Paris, em 28 de novembro de 1895, no Salão Indiano do *Gran Café*, situado ao número 14 do *Boulevard des Capucines*. A primeira exibição coletiva de “*scenas animadas da vida humana*” foi realizada através do cinematógrafo, aparelho inventado pelos irmãos Auguste e Louis Lumière, patenteado em 13 de fevereiro do mesmo ano. Ao longo do século seguinte, a projeção de “*photografias animadas*” iria transformar-se em uma das mais importantes formas de produção e expressão artística e de entretenimento, talvez o símbolo máximo da popularização e massificação da arte, da modernidade, e o ponto de partida para todo o produto audiovisual da sociedade contemporânea.

A emergência dessa nova manifestação artística, descendente direta da fotografia, do teatro, da literatura e das artes plásticas, propõe a abertura de um enorme leque de práticas sociais, influenciando diretamente no cotidiano das cidades. Com o cinema, o mundo passa a observar a imagem como espetáculo, instituindo uma inédita reorganização do olhar ancorada à narrativa cinematográfica, uma linguagem nova, intimamente relacionada ao conjunto de transformações sociais denominadas modernidade. (ZANELLA, 2006).

Sabe-se, no entanto, que o “nascimento” do cinema institucionalizou-se com a invenção do cinematógrafo e a sua apresentação em Paris, pelos seus inventores,

os irmãos Lumière. Este aparelho, cuja qualidade era muito superior aos concorrentes, surgiu nos moldes industriais e internacionalizou-se rapidamente. Em apenas seis meses após sua histórica apresentação de 28 de dezembro de 1895, houve a primeira exibição no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, três dias após a primeira da exibição do “*Scenomotographo*”, o fotógrafo francês Georges Renouveau apresentou o Cinematógrafo dos Lumière na “*Pharmacia Jouvin*”, localizada na Rua da Praia. Foram projetados os filmes “O Carroção, Uma criança brincando com cachorros e Exercícios de equitação para militares”.

Figura 1 - Reprodução da Coluna Túnel do Tempo. Zero Hora em 09/07/2003.



Fonte: Acervo Arquivo Moysés Vellinho.

Do período que se estendeu de 1896 até 1908, quando foi inaugurada a primeira sala fixa da cidade, o cinema era exibido em feiras, parques, prédios de comércio e teatros. Neste mesmo período, Fábio Stayer (1998¹, p. 28 apud ZANELLA, 2006, p.15-16) identificou aproximadamente 20 diferentes exibidores em Porto Alegre, compostos por empresas locais e nômades aventureiros, que faziam do espaço público da cidade, seu ganha pão por alguns dias. A implantação da luz elétrica – um dos símbolos mais fortes da modernidade – em 1907, ao passo que substituiu paulatinamente os antigos lampiões a gás, viabilizou o aparecimento das primeiras salas fixas e, como não poderia deixar de ser, o Centro da cidade, espaço hegemônico por excelência por abrigar o comércio e as instituições públicas, foi privilegiado pela nova tecnologia e, conseqüentemente, pelas primeiras salas de

¹ STAYER, Fábio Augusto. O Cinema em Porto Alegre (1896 – 1920). Porto Alegre: Fábio Augusto Stayer, 1998.

exibição. A primeira sala foi o Recreio Ideal inaugurado em 1908, no mesmo ano ainda apareceram as salas Variedades, Recreio Familiar, Smart-Salão, Berlim, Recreio Moderno e Rio Branco. Todas elas, com exceção do Recreio Moderno, localizavam-se na Rua da Praia.

Zanella pensa o destino das atuais salas de exibição à luz da diversificação do acesso à imagem em movimento - tevê a cabo, games e, evidente, o download de filmes e a venda de DVDs piratas, fatores que proporcionaram o fim das atividades dos “*cinemas de calçada*”. A documentação arquivística, referente à história destes espaços ficou caracterizada pela escassez de ocorrência nos arquivos públicos e, também, em alguns casos pela dificuldade de acesso por falta de infraestrutura à pesquisa. Dos cinemas em si, ficaram os registros fotográficos, as notícias nos jornais, as lembranças dos ex-proprietários e frequentadores, narrativas que encontramos em algumas publicações específicas sobre o tema.

Entre os inúmeros cinemas de calçada que existiram, restaram o Cine Theatro Capitólio e o Cinema Imperial, bens tombados pelo Município e Estado. No entanto, na busca dos registros documentais referentes aos “cinemas de calçada”, o prédio do antigo cinema Capitólio, além de manter sua função de origem, contribui para a valorização da cultura brasileira e gaúcha pela diversidade de seu acervo. Enquanto o prédio do antigo cinema Imperial encontra-se aguardando reforma e projetos de revitalização.

Uma das ações previstas faz parte do Programa Viva o Centro, “tendo como objetivo articular as ações realizadas no Centro Histórico objetivando reforçar e qualificar sua atratividade. Atualmente está inserido no Programa Cidade Integrada”.(PMPA, [s.d])

Um convênio assinado com a Caixa Econômica Federal - CEF em 2008 estabeleceu a criação do Conjunto Cultural da Caixa no prédio do antigo cinema Imperial. Nessa parceria com a CEF seria disponibilizado à população porto-alegrense um teatro com capacidade para 670 pessoas, além de espaço para museu, exposições, ensaios de dança e sala multimídia. Os cinco primeiros pavimentos e mais uma área de terreno livre nos fundos, onde seria erguida uma nova edificação. Os andares superiores iriam sediar a Secretaria Municipal da

Cultura - SMC. Seu restauro e utilização cultural contribuiria para o projeto de revitalização do centro da cidade. (SIMON, 2015)

O prédio do antigo Cine Theatro Capitólio, localizado na esquina da Avenida Borges de Medeiros com a Rua Demétrio Ribeiro, foi construído em 1928. Encomendado por José Faillace, um reconhecido alfaiate da época, ao arquiteto e engenheiro responsável pelo projeto Domingos Rocco, que veio de São Paulo especialmente para acompanhar a obra. A inauguração do Capitólio foi em 12 de outubro de 1928, com o filme “*Casanova, o Príncipe dos Amantes*”.

Figura 2 - Cartaz do filme Casanova



Fonte: Acervo Accirs nos 90 Anos do Cinema Capitólio.

Figura 3 - Cine Theatro Capitólio na década de 20.



Fonte: Acervo FUNDACINE

A primeira reforma do Capitólio se dá no ano de 1935, onde sua capacidade de público foi ampliada para 1500 lugares, configurando, assim o seu período de apogeu.

Na década de 60 além da censura aos filmes, em decorrência da ditadura militar, o cinema passou a sofrer a concorrência da televisão, grande opção de lazer de determinada parcela da população, fator que gerou a diminuição do público frequentador de cinema.

Depois de quatro décadas de existência, em 1969, o Capitólio foi arrendado e reformado. O nome do cinema mudou para *Cine Premiére*. Neste ano o Capitólio passa por uma segunda reforma. No ano de 1979 o prédio sofre nova intervenção voltando a se chamar Cine Theatro Capitólio e passa por sua terceira reforma.

Na década de 1980 a crise dos "cinemas de calçada" já era uma realidade. Em comum os "cinemas de calçada" que se consolidaram na capital, tinham as características. A grandiosidade dos espaços, com salões amplos que antecederiam as salas e remetiam aos ambientes dos teatros, até porque muitos atuavam também neste segmento. Os cinemas Guarany, Capitólio, Imperial e Marrocos, por exemplo, representam esta fase de ascensão dos cinemas em Porto Alegre.

A falta de segurança e questões técnicas como qualidade de projeção, conforto e a deterioração dos cinemas de calçada, foram fatores que contribuíram para a transição do público de cinema para novos lugares iniciando a era dos Shoppings Centers. Na transição gradual dos cinemas de calçada para os shoppings, transferem-se também as demais atividades sociais e perde-se o vínculo identitário com a cidade, pois o centro se desloca para um ambiente universalizado, semelhante em todos os lugares.

Ao longo da década de 1980, os problemas financeiros do Cine Capitólio marcaram a administração do espaço, situação que se estendeu até o seu fechamento, em junho de 1994.

Em 1995, um ano após o fechamento, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre adquire o prédio da família Faillace e o declara como patrimônio cultural de Porto Alegre por meio da Lei 365/95 reconhecendo sua necessidade de preservação e recuperação. No final deste mesmo ano foi assinado o contrato de concessão de

uso do prédio do Capitólio entre o Serviço Social do Comércio - SESC e o município de Porto Alegre, que previa a restauração do Cine Capitólio, Porém, as obras de reforma do prédio firmadas neste convênio nunca foram iniciadas, e o projeto foi arquivado no início do ano 2000. Em 2001, através de uma verba do Orçamento Participativo da Prefeitura de Porto Alegre de uma verba do Orçamento Participativo da Prefeitura de Porto Alegre angariada pela Associação dos Amigos do Cinema Capitólio - AAMICA o telhado do prédio foi consertado.

Onze anos depois ocorreu o tombamento estadual. O prédio foi tombado em 04/11/2003 pela Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPACH) do Município de Porto Alegre, e em 28/12/2006 o prédio foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE, através da Portaria nº 33/06 de 28.12.2006. (IPHAE, 2006?).

No primeiro semestre de 2003, a Fundação de Cinema do Rio Grande do Sul (FUNDACINE) e a Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul - APTC - RS apresentam um projeto à Prefeitura de Porto Alegre para transformar o Cine Theatro Capitólio em uma cinemateca, ou seja, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - DBTA - trata-se de uma instituição responsável pela preservação, restauração, memória e difusão de produções audiovisuais de cinema (DBTA, 2005, P.49). Foi através da Lei Rouanet², que a Fundacine conseguiu um patrocínio da Petrobrás, assumindo as obras de restauração do prédio realizadas entre 2004 e 2006. O restauro foi financiado pela PETROBRÁS, pelo BNDES, pelo Ministério da Cultura e também contou com recursos da Prefeitura de Porto Alegre.

Através do Decreto nº 18.844 de 12/11/2014 criou-se a Cinemateca Capitólio, inaugurada em 27/03/2015, tendo entre outros objetivos implantar um projeto inédito no Rio Grande Sul, com a preservação da memória audiovisual gaúcha e, inicialmente, tendo a prioridade de exibição da produção audiovisual brasileira.

A criação da Cinemateca Capitólio, além de recuperar a vocação original do espaço como sala de exibição, também teve o objetivo de transformar o prédio em um local destinado à preservação da memória audiovisual do Rio Grande do Sul.

² Disponível em: <http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/>

Figuras 4 e 5 - Fachada e interior da Cinemateca Capitólio.



Fonte: Acervo SMC/PMPA e Cinemateca Capitólio³

Nesse sentido, é possível pensar que a Cinemateca Capitólio é capaz de ancorar a memória de um tempo específico da cidade de Porto Alegre. Podendo assim chamá-la de lugar de memória, conforme concebido por Pierre Nora. Segundo o autor, “falamos hoje tanto em memória, porque ela não mais existe” (NORA, 2012, p.13), isso porque ocorre uma ruptura decorrente do que ele chama de “*aceleração da história*” que ocasiona um distanciamento da memória. Desse modo, a curiosidade pelos lugares onde ela se cristaliza está ligada a esse processo de ruptura com o passado. Nora observa que:

(...) as chamadas sociedades-memória, grupos que asseguravam a conservação e transmissão das tradições, como a família, a Igreja, a escola ou o Estado, estão atualmente em crise devido ao fenômeno da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização. As nossas sociedades, levadas pela mudança e condenadas ao esquecimento, fazem do passado, história, em contraposição a uma memória verdadeira, social, intocada, que representa um elo de identidade entre os grupos. Caso ainda habitássemos a nossa memória, não haveria motivos para lhe consagrar lugares”. (NORA, 2012, p.13)

³ Disponível em: <http://cinematecacapitolio.blogspot.com/> Acesso em Julho de 2020.

Se a memória é um fenômeno sempre atual, a história é uma representação do passado. Os lugares de memória são como vestígios de uma época, se caracterizam por uma dimensão material, simbólica e funcional. O prédio da Cinemateca Capitólio está localizado em uma das esquinas mais movimentadas da cidade e tem a fachada em estilo eclético, influência açoriana e colonial portuguesa, é suavemente curva na esquina, o que lhe dá um aspecto de grande imponência, características que fazem com que podemos considerá-la um lugar de memória.

A criação da Cinemateca Capitólio seria um dos caminhos para reconstruir a história e atualização da memória de um momento da sociedade porto alegreense através dos arquivos, que conhecem uma fase de grande difusão, graças à ajuda das novas tecnologias e sistemas de informação. Esse imenso repositório de testemunhos, documentos, imagens, representam o medo que as sociedades têm de esquecer seu passado diante da “aceleração da história”. O esforço de manter viva uma memória através lugares resulta de uma memória cada vez mais perdida.

3. A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E AS NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE UM INVENTÁRIO.

É necessário antes, fazer a distinção entre arquivos e centro de documentação. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DBTA, “arquivo é o conjunto de documentos produzidos ou acumulados por uma entidade coletiva. pública ou privada, pessoa ou família no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte” (DBTA, ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27) e “centro de documentação é a instituição ou serviço responsável pela centralização de documentos e disseminação de informações.”. (DBTA, ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 46).

Dito isso, o Cine Theatro Capitólio abriga hoje um centro de documentação. Na apresentação da sua página suas funções são definidas da seguinte forma:

O Centro de Documentação e Memória Capitólio é responsável pela prospecção, preservação e difusão da Memória do Cinema Gaúcho e Brasileiro, sua linha de ação está focada em quatro eixos: Acervo Audiovisual, Acervo Documental, Atendimento a Pesquisa e Difusão da Informação.⁴

Para Bellotto, os documentos de arquivo são aqueles produzidos por uma entidade pública ou privada, por uma família ou pessoa, no transcurso das funções que justificam sua existência como tal. Guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam, sobretudo, de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte. (BELLOTTO, 2006, p.37).

Segundo Paes, a fim de que os arquivos possam desempenhar suas funções, é indispensável que os documentos estejam dispostos de forma a atender o usuário com precisão e rapidez. A metodologia adotada deverá atender às necessidades da instituição a qual ela serve como também a cada estágio de evolução pela qual passam os arquivos. (PAES, 2013, p.22).

⁴ Disponível em :<http://cinematecacapitolio.blogspot.com/p/cdm-biblioteca.html> Acesso em: Maio 2020.

Tais estágios compreendem uma teoria estabelecendo as três idades dos arquivos: a) arquivo de primeira idade ou corrente, constituído de documentos em curso, ou consultados frequentemente; b) arquivo de segunda idade ou intermediário, constituído por documentos raramente consultados, mas que ainda podem ser solicitados pelo órgão produtor ou recebedor, dependendo da necessidade, denominados também arquivos transitórios; c) os e arquivo de terceira idade ou permanente, constituído de documentos que perderam seu valor de natureza administrativa, conservados em razão de seu valor histórico ou documental contendo os meios de conhecer seu passado e evolução. A cada uma dessas fases corresponde uma maneira de tratamento documental.

Bellotto (2006) considera que a descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes, não cabendo aos arquivos correntes. Para a autora, o correspondente nos arquivos correntes é o estabelecimento dos códigos de classificação que servem de referência para a recuperação da informação. Tampouco a descrição faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários, onde a frequência de uso é quase nula e a recuperação de informação pode ser realizada por outros instrumentos de busca, como planos de classificação, listas de remessas de papéis, tabelas de temporalidade e quadros gerais de fundo.

A Descrição arquivística, como a própria palavra remete, é a atividade de expor, “relatar” o acervo, parte dele, ou documentos em sí, criando instrumentos que facilitem o acesso a eles. Para Bellotto, o “processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. (BELLOTTO, 2006, p. 179).

Em função da importância da descrição, o Conselho Internacional de Arquivos - CIA elaborou duas normas de descrição: a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (G), que estabelece diretrizes gerais para a preparação da descrição arquivística; e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR - (CPF), que institui regras gerais para a descrição de registros de autoridades arquivísticas relacionadas à produção e à manutenção de arquivos, entre outras normas.

Baseado nestas normas, o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, elaborou a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE, que normaliza a descrição de documentos arquivísticos de caráter permanente em qualquer entidade custodiadora de documentos, podendo, também, ser usada para descrever documentos de valor primário. Estas normas dispõem de categorias informacionais para descrever documentos isolados ou em conjuntos documentais, respeitando os princípios arquivísticos⁵.

Como já mencionado, para realização da descrição arquivística se faz necessário o uso de instrumentos de pesquisa. Tais instrumentos, segundo Bellotto (BELLOTTO, 2006, p. 175) tem por definição serem as ferramentas responsáveis por detectar o material de interesse do usuário, orientando a consulta e determinando, corretamente, onde estão e quais são. Os tipos de instrumentos de pesquisa mais utilizados, são, conforme o DBTA: o *catálogo* - descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos; o *índice*: relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidas em documentos ou em instrumentos de pesquisa acompanhados de referências para sua localização; o *inventário*: descreve sumária ou analiticamente as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele; o *guia*: oferece informações gerais sobre fundos e coleções.

Para Bellotto o inventário é um instrumento de pesquisa que além de descrever conjuntos documentais ou partes de um fundo é um instrumento do tipo parcial, trazendo descrição sumária e não analítica. Podem ser publicados ou virtuais, podendo ser impressos no momento desejado, total ou parcialmente, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos. (BELLOTTO, 2006, p.197)

Segundo Lopez, os inventários são, pela ordem hierárquica dos níveis da classificação, os instrumentos de pesquisa que se seguem ao guia. (LOPEZ, 2002, p. 30). Eles buscam oferecer um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções.

⁵ Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/publicacoes> Acesso em Maio 2020

Disponível em: http://conarq.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf Acesso em Maio 2020

Disponível em: <http://conarq.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf> Acesso em Maio 2020

Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/Media/ISAAR%20Brasil%20final.pdf> Acesso em Maio 2020

Ao contrário do guia, os inventários devem, necessariamente, abordar conjuntos documentais com algum nível de organização do ponto de vista da classificação arquivística.

A descrição das séries documentais de cada fundo é uma atividade fundamental para permitir o pleno acesso aos documentos de um arquivo. Uma boa descrição de cada fundo arquivístico permite que o pesquisador consiga detectar, preliminarmente, a possível existência e a localização de documentos de seu interesse. O acesso a um documento individual e específico ocorrerá mediante o conhecimento dos critérios de classificação e de ordenação interna das séries.

Os inventários, por se referirem a conjuntos documentais classificados, têm, ao contrário do guia, uma vida útil mais longa. No entanto, suas informações deverão ser reavaliadas a cada nova inclusão documental - no caso de fundos abertos, ou novos sistemas de ordenação e de acesso, com o incremento da informática, por exemplo. Costumam ser apresentados em duas partes distintas. A primeira, na forma de introdução, busca descrever sumariamente o conjunto em pauta, enquanto a segunda procura delinear mais especificamente o conteúdo de cada série. Para a descrição sumária do fundo, ou da coleção, as informações existentes no guia serão de grande valia, mas, para o corpo do inventário propriamente dito, haverá a necessidade de constituir novos verbetes.

Por meio dos inventários é possível localizar documentos específicos — quando for o caso — mediante a compreensão dos critérios de ordenação interna das séries. Pelos motivos elencados anteriormente se deu a escolha do inventário sumário para descrição dos documentos pesquisados no Centro de Documentação da Cinemateca - CDM.

O inventário elaborado neste trabalho foi baseado em um guia já existente no acervo, pois segundo Lopez é aconselhável que o guia seja o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo, pois ele concede ao usuário um mapeamento panorâmico do acervo. (LOPEZ, 2002,p.23.). No guia constam todas as informações necessárias para direcionar os pesquisadores, desde um dado geral até os dados específicos sobre o acervo. Após esse instrumento, as próximas de pesquisa de pesquisa a serem desenvolvidas devem ser os inventários.

Estes instrumentos desempenham a função de disponibilizar um quadro sumário de um ou mais fundos, ou de coleções. O objetivo é descrever as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação.(LOPEZ, 2002, p..29)

4. INVENTÁRIO DE PROCESSOS DE TOMBAMENTO DA CINEMATECA CAPITÓLIO, PISTAS DOS CINEMAS DE CALÇADA

Para a revelação desses cinemas de calçadas, perseguiremos o que convencionamos aqui como pistas. Elas são os vestígios, traços e evidências documentais. Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, a apresentação dos resultados foi feita a partir da análise e interpretação do material obtido durante a pesquisa, dentro do contexto histórico e arquivístico do tema usando como base o referencial teórico que o fundamenta. A tipologia da documentação existente sobre o Cine Capitólio é essencialmente “processos”.

Para que se possa compreender a composição dos processos estudados aqui, os “processos de tombamento”, é necessário entender como se dá o fluxo de documentação em um tombamento nas esferas municipal e estadual, nas quais o Cine Theatro Capitólio foi reconhecido como bem patrimonial.

De acordo com o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN, o tombamento é,

(...) um dos dispositivos legais que o poder público federal, estadual e municipal dispõe para preservar a memória nacional. Também pode ser definido como o ato administrativo que tem por finalidade proteger - por intermédio da aplicação de leis específicas - bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. (IPHAN,[s.d.])

Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias.

Qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar o tombamento de qualquer bem ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - bastando, para tanto, encaminhar correspondência à Superintendência do IPHAN em seu Estado, à Presidência do IPHAN, ou ao Ministério da Cultura. Para ser tombado, o bem passa por um processo administrativo que analisa sua importância em âmbito

nacional e, posteriormente, o bem é inscrito em um ou mais Livros do Tombo. Os bens tombados estão sujeitos à fiscalização realizada pelo Instituto para verificar suas condições de conservação, e qualquer intervenção nestes bens deve ser previamente autorizada.⁶

No âmbito estadual, podem ser tombados os bens de valor cultural que possuam valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, bem como sítios urbanos, monumentos e paisagens.

O Tombamento pode ser feito pelo Governo Estadual através da Secretaria da Cultura - SEDAC, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE.

O Tombamento inicia com o pedido de abertura de processo por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição do próprio Estado. Este pedido é submetido à deliberação do IPHAE, através de análise técnica preliminar. Caso seja aprovada a abertura do processo, o proprietário do bem será notificado. Com a abertura do processo, o bem em exame terá o mesmo regime de preservação do bem tombado, estando em tombamento provisório, ou seja, estará legalmente protegido. Nesta situação são proibidas intervenções sem prévia autorização do IPHAE, até a deliberação final pelo tombamento ou não.

A fase posterior consiste em publicação de portaria de tombamento no Diário Oficial do Estado, a qual caberá contestação. Examinadas as contestações haverá ou não manutenção do tombamento. Em caso de manutenção, a resolução é homologada e o bem tombado é inscrito no Livro Tombo.

No âmbito municipal, os bens tombados são aqueles que, por seu valor histórico, paisagístico, morfológico ou técnico sejam de interesse público preservar e proteger. São protegidos pela Lei de Tombamento - Lei Complementar 275/92 - e

⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126> Acesso em: Maio de 2020

passam a integrar o Patrimônio Cultural de Porto Alegre após serem inscritos no Livro do Tombo.⁷

O tombamento de imóveis e espaços de valor cultural no Município pode ser procedido pelo poder público ou requerido por qualquer pessoa física ou jurídica domiciliada ou estabelecida em Porto Alegre.⁸

A instrução do processo de tombamento é de competência da Equipe do Patrimônio Histórico Cultural de Porto Alegre - EPAHC quando o mesmo é promovido pelo poder público. Quando o tombamento é requerido pelos cidadãos ou instituições, cabe aos mesmos instruí-lo, com supervisão da EPAHC, sendo depois analisado quanto ao mérito, encaminhado ao Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC - para manifestação e, posteriormente, para homologação do Prefeito.

O Cine Theatro Capitólio foi tombado em 1995, no âmbito municipal e em 2007 no âmbito estadual e está em processo no federal. O tombamento nos dois níveis se deveu a sua relevância arquitetônica e cultural.

Após o seu tombamento, foi criado o CDM com o objetivo de guardar documentos referentes ao cinema gaúcho. Neste espaço encontra-se o Acervo Arquivístico dividido em três fundos documentais, sendo eles: *Cinemateca Capitólio*, *Acervo da Coordenação de Cinema Vídeo e Fotografia* e *Arquivos Pessoais* de cineastas, fotógrafos e críticos de cinema. Entre os documentos arquivísticos encontram-se roteiros e sinopses de filmes, recortes de jornais e revistas, currículos, *folders* de programação de cinema, *clippings* de entrevistas em áudio, relatórios, projetos, imagens fotográficas, cartões-postais, correspondências, entre outros documentos relacionados ao cinema gaúcho e brasileiro

A documentação do CDM é considerada de caráter permanente, ou seja, compõe o patrimônio histórico e em sua maioria são fontes secundárias de pesquisa, com acesso em suporte papel. As fontes secundárias têm a função de facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias apresentam a

⁷ Disponível em: <http://cinematecacapitolio.blogspot.com/p/cdm-biblioteca.html> Acesso em Maio de 2020

⁸ Disponível em http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/lei_complementar.doc Acesso em: Maio de 2020

informação filtrada e organizada, de acordo com o arranjo definido, dependendo da finalidade da obra. Fontes primárias são aquelas que contêm informações originais ou, pelo menos, novas interpretações de fatos ou ideias já conhecidas. São geralmente produzidas com a interferência direta do autor da pesquisa e são dispersas e desorganizadas do ponto de vista da produção, divulgação e controle. (CUNHA, 2001, p. 9).

Figura 6 - Fundo Cinemateca Capitólio. Série: Histórico do Capitólio.



Fonte: Acervo Pessoal da autora

A pesquisa foi realizada no Fundo Documental Cinemateca Capitólio - Série: Histórico do Capitólio do Acervo Institucional da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA - composto basicamente por um único tipo documental, ou seja, documentos com características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. Esse fundo tem um total de 11 processos, em suporte papel, armazenados em duas caixas arquivo de papelão (Fig. 6). Dentre eles existem: Termo Aditivo (1), Protocolo de Intenções (2), Prêmio Santander (1), Termo de Cooperação (1), Plano de gestão (1), Relatório de Prestação de Contas (cópia) (1), Decreto da Criação da Cinemateca (1), Licença para Reforma e Restauro (1), Implantação da Cinemateca Capitólio (1) e Tombamento Municipal e Estadual (2).

Segundo Bellotto, processo é a unidade documental em que se reúne oficialmente, documentos de natureza diversa no decurso de uma ação administrativa ou judiciária, formando um conjunto materialmente indivisível.

(BELLOTO, 2006, p 101). Também podem ser chamados de dossiê que de acordo com o DBTA é o conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 80).

Após o levantamento da série documental analisada, foi realizada a escolha do instrumento de pesquisa para a descrição. Os instrumentos de pesquisa completam o trabalho de um arquivo com a finalidade de propiciar o acesso aos documentos, consulta e divulgação do acervo e se apresentam em vários formatos e cada um possui características próprias, que vão atender as necessidades dos pesquisadores.

Dentre os instrumentos de pesquisa, já elencados no Capítulo 2, se optou pela criação de um Inventário Sumário, porque além de ser o instrumento mais adequado abrange todo o acervo de maneira resumida e sua finalidade é descrever a composição de um fundo e, ao mesmo tempo, prover o arquivo de um instrumento preliminar de busca.

O inventário sumário elaborado neste trabalho (Quadro 1) foi baseado em um guia já existente no acervo, pois segundo Lopez é aconselhável que o guia seja o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por um arquivo, já que concede ao usuário um mapeamento panorâmico do acervo. (LOPEZ, 2002, 23.). No guia constam todas as informações necessárias para direcionar os pesquisadores, desde um dado geral até os dados específicos sobre o acervo.

Quadro 1 INVENTÁRIO SUMÁRIO FUNDO CINEMATECA CAPITÓLIO

<p>Inventário Sumário Centro de Documentação e Memória Capitólio - CDM Acervo: Acervo Institucional Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA Fundo: Cinemateca Capitólio Série: Histórico do Capitólio</p>
--

TIPO DOCUMENTAL	IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO FÍSICA
Processo 001.03694.04.6	Termo Aditivo ao Convênio com a FUNDACINE Registro 30538/FIs.176/Livro 451	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA
Processo 001.04539.04.4	Protocolo de Intenções entre PMPA e Cinemateca Brasileira	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA
Processo 001.057403.07.4	Protocolo de Intenções com a FUNDACINE	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA
Processo 001.001733.09.5	VI Premio Santander Alice/Camila Gonzatto e Frederico Pinto	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA
Processo 001.024491.12.8	Termo de Cooperação FUNDACINE - Projeto de Conclusão III Etapa Restauro (2 Volumes)	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA

Processo 001.050448.12.9	Plano de Gestão FUNDACINE e SMC	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA
Processo 001.050448.12.9	Cópia do Relatório de Prestação de Contas encaminhado ao SICONV relativo aos R\$ 800.000,00 para a finalização da obra Capitólio	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA
Processo 001.025023.14.4	Decreto de Criação da Cinemateca Capitólio	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA
Processo 002.248118.00.9	Licença para colocação de andaimes obras restauro - Plantas Capitólio	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA
Processo 001.033992.03.7	Implantação da Cinemateca Capitólio	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA
Processo 002698-11.00V06-D	Processo de Tombamento Histórico Estadual do Cine Teatro Capitólio	Instituto do Patrimônio Histórico do RS - IPHAE Disponível em meio digital
Relatório Fotográfico (Fichas)	Relatório (antes do restauro) Fev./1996	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA

Relatório Fotográfico (Fichas)	Relatório (durante restauro) Mar/2001	Centro de Documentação e Memória Capitólio - Acervo Institucional PMPA
--	--	---

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Presente em minhas memórias pessoais, assim como de tantas outras pessoas, o funcionamento do espaço do Cine Theatro Capitólio permite que sejamos remetidos instantaneamente para esse universo dos "cinemas de calçada" de Porto Alegre. São momentos que fazem parte da trajetória de vida e ainda presentes na memória de algumas gerações.

No entanto, a realidade dos "shoppings" demonstra que esse tipo de estabelecimento é coisa do passado, faz parte da História. Sendo assim, pode-se dizer que o Cine Theatro Capitólio situa-se entre a Memória e a História, podendo ser caracterizado como um "lugar de memória".

Essa pesquisa foi marcada pela escassez de documentação arquivística referente aos "cinemas de calçada". Isso se dá, possivelmente, por tratarem-se de locais onde as informações referentes aos cinemas de calçada não têm uma cultura de arquivos e menos ainda de preservação, ou seja, o reconhecimento e conscientização da sociedade em relação à importância dos arquivos enquanto patrimônio.

Isto significa que, na preservação do patrimônio, é necessário conservar vários registros da vida de uma população para entender seu modo de viver, pensar, crer e produzir numa determinada época e lugar.

Histórias, memórias e curiosidades ainda permanecem em diversos espaços que se transformaram nos mais variados tipos de comércio. E se lá não mais estão os filmes, funcionários e cartazes das próximas estreias, das mentes dos espectadores certamente elas não saíram. Só não houve interesse na preservação desses registros por quem adquiriu esses espaços.

Devido à escassez de material arquivístico sobre o assunto "cinema de calçada", esse trabalho entendeu como relevante, entre outros aspectos, o destaque à importância desses locais na história de nossa cidade, através da ótica arquivística e seus instrumentos, criando subsídios para ampliação do conhecimento histórico, cultural e de memória, referentes aos "cinemas de calçada" de Porto Alegre.

Através da descrição arquivística e com a elaboração do Inventário Sumário foi possível ter uma visão generalizada e específica da série documental analisada e verificar que mesmo diante dessa escassez, pode se perceber a potencialidade do trabalho arquivístico naquela instituição.

A investigação, sobretudo, permitiu compreender a documentação arquivística retratada aqui, os processos de tombamento, sob a luz da História e da Memória. Trabalhar com essas fontes, chama a atenção para o patrimônio documental, e vem em encontro à ideia de preservação expressada pela UNESCO na Declaração Universal da Diversidade Cultural:

Toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Essa é a razão pela qual o patrimônio, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas.⁹

Não pretendo que o tema “cinemas de calçada” e documentação arquivística se esgote com esse trabalho, mas acredito na possibilidade de que esse estudo contribua com futuras pesquisas acerca do assunto proposto, principalmente no que diz respeito a não cessar a busca pelos vestígios de reconstrução desse passado tal qual ele foi, pois isso seria impossível, mas sim uma representação, através da documentação arquivística, capaz de nos fazer perceber o quão importante ele foi e ainda é. E quanto mais documentos, indícios, e registros afirmarem que o fato ocorreu, maior certeza nos revelam.

⁹ Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Artigo 7º – O patrimônio cultural, fonte da criatividade.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. _____. Gestão de documentos: curso de capacitação.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRAPCI. **BASE DE DADOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php>. Acesso em: 19 outubro 2019.
- CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 2001.
- GASTAL, Susana. **Salas de cinema: cenários porto-alegrenses**. Porto Alegre: Prefeitura de Porto alegre, 1999.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General: teoria y practica**. Sevilla, España: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO RS . **Bem Tombado - Antigo Cine Teatro Capitólio**. [2006?]. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=20802>>. Acesso em Maio de 2020.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Material / Tombamento**. [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9#:~:text=O%20registro%20do%20patrim%C3%B4nio%20imaterial,modifica%C3%A7%C3%B5es%20nessa%20forma%20de%20patrim%C3%B4nio>> Acesso em: Maio de 2020.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado e de AP Ancona Lopez - 2002.
- NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Projeto Viva o Centro. Porto Alegre**. [S.D]. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?p_secao=133>. Acesso em: julho /2020.

TARKOVSKI, A. **Esculpir o tempo**. Martins Fontes, 1990.

TYLOR, Edward 1871 **Primitive Culture**. Londres, John Mursay & Co. [1958, Nova York, Harper Torchbooks.]

SILVEIRA NETO, Olavo Amaro Da. **Cinemas de Rua em Porto Alegre: do Recreio Ideal (1908) ao Açores (1974)**. 2001. 274 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2001. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1830>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SIMON, Gilberto. **Centro Cultural Caixa – 6 anos de atraso**. [S.l.]. 2015. Disponível em: <<https://portoimagem.wordpress.com/2015/04/15/centro-cultural-caixa-6-anos-de-atraso/>>. Acesso em: julho de 2020.

WHITE, L. A.; DILLINGHAM, B. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

ZANELLA, Cristiano. **The end – cinemas de calçada em Porto Alegre (1990-2005)**. Porto Alegre: Ideias a granel, 2006.